**Uma educação inclusiva: surdos e mudos no âmbito infantil.**

A inclusão sempre foi um desafio, que perpassa desde a antiguidade até os dias atuais. Não obstante, na Grécia Antiga, as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência eram abandonadas e entregues a sua própria sorte. Atualmente, a realidade não é muito distinta visto que, uma criança com necessidades especiais atrai olhares diferentes por parte da sociedade, bem como as dificuldades que essa parcela da população encontra nos diversos âmbitos da vida cotidiana, atrasando o seu pleno desenvolvimento como ser humano.

Atualmente, mesmo com a constante evolução da humanidade e leis que visam sobretudo, a cidadania plena e a integridade da pessoa, a pessoa surda-muda ainda encontra entraves no Brasil. De acordo com o Decreto 6.253 e Decreto 7.611, toda pessoa que possui deficiência auditiva tem direito à uma educação especializada e de qualidade, caracterizada por AEE (Atendimento Educacional Especializado). Entretanto, ainda que a legislação assegure o direito desses indivíduos, estes apresentam dificuldades seja pela falta de acesso, professores não adequados, estruturas que facilitam o desenvolvimento escolar ou até mesmo pela escassez de intérpretes em salas de aula.

Além disso, vivemos numa sociedade enraizada de preconceitos e, a pessoa com deficiência ainda é desvalorizada, sobretudo, considerada incapaz. Sob esse prisma, no Egito, as pessoas que possuíam qualquer tipo de limitação eram vistas como um castigo dos deuses, sendo punidas corporalmente. Entretanto, não muito longe da realidade, hoje estas pessoas são castigadas pela sociedade e pela falta de estrutura onde estão inseridas. De fato, podemos afirmar que a deficiência é ponte para a exclusão daqueles que há tem.

A política Educacional tem como princípio ‘’Educação para todos’’, no entanto, sugere o acesso à educação para todos independente de sua condição. Cabe ressaltar a importância da comunicação para atuar como integrante participativo de uma sociedade e, como as crianças surdas encontram dificuldades no processo de alfabetização. Sob esse prisma, de acordo com dados realizados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cerca de 5% (isso corresponde a mais de 10 milhões de pessoas) da população brasileira, incluindo crianças até adultos possuem deficiência auditiva, e para a OMS – Organização Mundial da Saúde, estima-se que até 2050 mais de 900 milhões de pessoas tendem a desenvolver surdez durante o percurso da vida. Diante desses estudos, o presente trabalho leva a repensar sobre o aspecto inclusivo dessas pessoas no âmbito social, principalmente no que diz respeito ao escolar.

Sob esse prisma, é crucial tratar da questão da alfabetização para o grupo vulnerabilizado, encontrando uma desvantagem maior para eles, visto que essa é a primeira etapa e fundamental para o desenvolvimento das habilidades de escrita e leitura, que perduram por toda a vida.

Por um longo período de tempo, as pessoas surdas foram recorrentemente excluídas do convívio social e da educação básica durante séculos, porque se acreditava que o pensamento não era desenvolvido sem a linguagem oral.

A inclusão da criança surda em salas de aula é de suma relevância para uma aprendizagem eficaz. De tal modo, assegurar a igualdade de direitos e oportunidades dentro da escola é viabilizar o acesso da criança na sociedade.

Nesse viés, é crucial que as instituições de ensino, seja em todas as suas etapas, públicas ou particulares, do ensino infantil até o ensino superior desenvolvam maior quantidade de projetos inclusivos capazes de proporcionar melhores condições de aprendizado aos surdos, afim de atender uma demanda exclusiva dentro e fora da sala de aula.

Ademais, não é valido mencionar projetos aos alunos sem antes falar da formação dos profissionais, estes por meio de cursos técnicos e profissionalizantes estarão aptos a atender os alunos de modo adequado para com todos, seja em sua surdez ou qualquer outro tipo de deficiência, viabilizando a inclusão desses no âmbito estudantil.

Tais projetos devem incluir a presença de intérpretes de Libras nas salas de aula, com o intuito de que a criança se reencontre e fique à vontade, além de garantir seu pleno aprendizado. Isso se faz necessário, uma vez que a língua de sinais perdura por toda a vida nos diferentes âmbitos do cotidiano, sendo esta a língua natural das crianças surdas. Para tanto, recursos multifuncionais capazes de atenderem às necessidades específicas das pessoas surdas, mas não somente das pessoas surdas, e sim das crianças que demandam atendimento exclusivo, em todos os seus fatores. O incentivo para que o colega com necessidades especiais, com ênfase aos ouvintes, é importante para possibilitar a comunicação e a integração entre os demais.

Posto isto, convenhamos que, a linguagem de sinal não é exclusiva a uma parcela da população, toda criança surda, independente de sua cor ou de sua condição socioeconômica, é capaz de aprender a língua de sinais, desde que tenha a oportunidade de tal aprendizado. O acesso à linguagem de sinais deve ser igual à condição de acesso à escola. Considerando o acesso como direito inerente à pessoa humana, é inegável à criança em sua interação com o mundo, seja em seu aspecto linguístico, social e cultural. Diante disso, pensar em educação infantil requer considerar tais direitos, pois a criança surda de hoje será o adulto surdo de amanhã.